



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

LEI N° 3.399/2019

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONTRATAR SERVIDOR EM CARÁTER EMERGENCIAL E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo autorizado a contratar, por prazo determinado, para suprir necessidades da Câmara Municipal de Vereadores 1 (um) Contador com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

§1º - A contratação autorizada pela presente Lei terá vigência pelo período de 01 (um) ano a contar da contratação, podendo ser prorrogada por igual prazo.

§2º - Os quantitativos, requisitos e atribuições do cargo estão presentes no Edital de Convocação.

Art. 2º - O recrutamento para as contratações previstas nesta lei efetuar-se-ão através de Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.

§1º - O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Legislativo Municipal, para tal fim.

§2º - As condições, as exigências e os critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para as funções, constarão no Edital de Convocação.

Art. 3º - A contratação, objeto da presente Lei, se efetuará por meio de contrato administrativo, ficando assegurado ao contratado os direitos pertinentes às contratações temporárias de excepcional interesse público, quais sejam:

I - remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função no quadro permanente da Câmara;

II - jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno e gratificação natalina proporcional, nos termos desta Lei;

III - férias proporcionais, ao término do contrato;

IV - inscrição no Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - Qualquer das partes poderá rescindir o contrato autorizado pela presente Lei, antes de seu término, avisando com antecedência mínima de 30 dias, devendo o aviso prévio ser indenizado no caso da não prestação de serviço.